

RESUMO EXPANDIDO:



ENTRE BRINCADEIRAS E SILENCIAMENTOS: RACISMO RECREATIVO E OS DESAFIOS DA LEI 10.639/03 NO COTIDIANO ESCOLAR.

Autor¹ JOSEANE ALVES LOPES

Coautor² DANIELLE MELO DOS SANTOS

Orientador³ Maria Telvira da Conceição

Resumo: O racismo disfarçado de “brincadeira” é uma prática recorrente e naturalizada no ambiente escolar. Ele se manifesta por meio de atitudes, falas e comportamentos que, embora muitas vezes inconscientes ou despretensiosos, causam impactos profundos e duradouros nas subjetividades de estudantes negros. Essa forma de discriminação, conhecida como racismo recreativo, reforça estigmas, inferioriza identidades e perpetua desigualdades sob o véu do humor e da suposta inocência. O presente trabalho tem como objetivo compreender como o racismo estrutural se manifesta de forma velada nas escolas e de que modo a Lei 10.639/03, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira, pode servir como ferramenta de enfrentamento e transformação. A pesquisa baseia-se em uma abordagem qualitativa com foco em revisão bibliográfica. Como principais referenciais teóricos, destacam-se os estudos de Silvio Almeida, com a obra Racismo Estrutural, que evidencia como o racismo está entranhado nas instituições sociais; Adilson Moreira, com Racismo Recreativo, que analisa o uso do humor como forma de dominação simbólica; e George Marmelstein, que discute o racismo implícito e suas manifestações no cotidiano. Também foi utilizado o artigo de Guedes, Nunes e Andrade, que analisa criticamente os desafios da implementação da Lei 10.639/03 nas escolas brasileiras. Ao final dessa pesquisa podemos indicar que o racismo velado está profundamente enraizado na cultura escolar, sendo reproduzido por “brincadeiras” práticas e silenciamentos cotidianos. A Lei 10.639/03, embora avance no reconhecimento da identidade negra, ainda é aplicada de forma superficial ou negligenciada pela instituição. Conclui-se que o combate eficaz ao racismo “sem querer”

¹ Joseane Alves Lopes, Universidade Regional do Cariri (URCA) História, E-mail: joseane.alves@urca.br

² Danielle Melo dos Santos, Universidade Regional do Cariri (URCA) História, E-mail: danielle.santos@urca.br

³ Maria Telvira da Conceição, Universidade Regional do Cariri (URCA), Professora do curso de História, E-mail: telvira.conceicao@urca.br

exige uma educação verdadeiramente antirracista, pautada na valorização das identidades negras, na formação crítica de professores e no compromisso institucional com a justiça social.

Palavras-chave: Racismo velado, preconceito, lei 10.639/03, educação antirracista, escola.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho busca discutir sobre o racismo recreativo no ambiente escolar como uma das diferentes manifestações do racismo estrutural, cujos aspectos centrais são marcados pelo disfarce, pelo silêncio e seu velamento, normalmente justificado como “brincadeira”. São situações como essas que revelam uma das formas desse preconceito que acaba sendo naturalizado, contribuindo para a exclusão dos estudantes negros nesses espaços educacionais. Este trabalho tem como objetivo analisar essas manifestações sutis do racismo no ambiente escolar e como a Lei 10.639/03 deve agir como uma ferramenta de enfrentamento. Fundamentado nos estudos de Silvio Almeida e Adilson Moreira, e com base em revisão bibliográfica, o estudo adota uma abordagem qualitativa, buscando contribuir para a construção de uma prática pedagógica antirracista e crítica.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa desenvolveu-se a partir de uma abordagem qualitativa e exploratória, fundamentada na revisão bibliográfica sobre o tema. Ou seja, trata-se de apontamentos sobre o tema a partir da leitura de textos teóricos que versam a respeito do assunto. A escolha por este método decorre da necessidade de compreender as múltiplas dimensões do racismo no ambiente escolar, especialmente nas formas sutis, disfarçadas de humor ou naturalizadas como “brincadeiras”, que são frequentemente ignoradas ou minimizadas no cotidiano educacional, sem que ponha em prática a lei 10.639/03. O levantamento bibliográfico incluiu artigos, livros e outras referências que problematizam a naturalização do racismo no âmbito escolar. Para a realização desta pesquisa, destacam-se como fundamentais as obras “Racismo Estrutural”, de Silvio Almeida, e “Racismo Recreativo”, de Adilson Moreira. Esses livros

foram essenciais para a construção do referencial teórico, oferecendo uma compreensão aprofundada sobre as diferentes formas de manifestação do racismo na sociedade brasileira. A partir dessas leituras, foi possível analisar criticamente como o racismo está enraizado nas estruturas sociais e se perpetua, muitas vezes, de forma sutil e naturalizada, inclusive no ambiente escolar.

Complementando essa base teórica, utilizamos o artigo “Racismo Invisível: uma introdução à discriminação por preconceito explícito”, de George Marmelsten, que contribuiu para refletirmos sobre como os comportamentos cotidianos moldam as chamadas “etiquetas sociais”, influenciando diretamente os nossos julgamentos e percepções. Além disso, foi analisado o artigo “O uso da Lei 10.639/03 em sala de aula”, de Elocir Guedes, Pâmela Nunes e Tatiana de Andrade, que oferece uma visão crítica sobre a importância da lei, os entraves para sua efetivação e a falta de apoio institucional nas escolas, evidenciando os desafios enfrentados por educadores na implementação de uma educação antirracista.

3. DISCUSSÃO E RESULTADOS

Essa pesquisa traz como o racismo é visto no âmbito escolar, quais as ações da escola para mitigar esse problema e como o racismo se apresenta de forma disfarçada, sendo na maioria das vezes classificado como “brincadeira”, o que dificulta a identificação para se realizar o combate, gerando a naturalização desses ataques no cotidiano desses alunos negros.

A lei 10.639/03 já é de grande avanço e de extrema importância, porém ainda é aplicada de maneira fragmentada ou superficial ou nem é usada dentro da sala de aula. Diante desse desinteresse do Estado e conseqüentemente da escola, os professores se sentem despreparados para trabalhar a temática racial em cima da lei dentro da sala de aula de maneira mais aprofundada. Outro fator que recorre é a tentativa de negação do racismo por parte de racistas, que justificam com “eu tenho amigos negros”.

Os textos-base utilizados nesta pesquisa reforçam esses pontos de maneira contundente. A obra "Racismo Estrutural", de Silvio Almeida, evidencia como o racismo está enraizado nas instituições e reproduzido nas práticas sociais cotidianas, incluindo o ambiente escolar, que, mesmo sendo um espaço de formação crítica, ainda reproduz preconceitos e

desigualdades. Já Adilson Moreira, em "Racismo Recreativo", aprofunda a análise sobre as "brincadeiras" racistas, mostrando como elas são estratégias de dominação simbólica que desumanizam o outro sob o disfarce do humor. O artigo de George Marmelsten contribui com a compreensão de como estereótipos e preconceitos influenciam nosso julgamento de forma quase automática, ainda que não intencional. Por fim, o artigo de Guedes, Nunes e Andrade reforça que, embora a Lei 10.639/03 seja um instrumento potente, sua eficácia depende de um comprometimento institucional que, infelizmente, ainda é insuficiente.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Lei 10.639/03 representa uma conquista histórica do movimento negro brasileiro e deve ser entendida como um instrumento de reparação e reeducação social. No entanto, para que seu potencial seja plenamente realizado, é necessário ultrapassar as ações pontuais e garantir a formação crítica dos professores, bem como o engajamento efetivo das instituições escolares. Desfazer o racismo "sem querer" exige não só conhecimento, mas coragem para romper com a lógica da neutralidade e do silenciamento. A escola, quando orientada por uma prática antirracista, pode se tornar o espaço de transformação que o Brasil tanto precisa.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a nossa orientadora Maria Telvira da Conceição por sua orientação e apoio, a Universidade Regional do Cariri (URCA) e a Comissão organizadora da XXIV Semana de História pela realização do evento.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio Luiz de. Racismo estrutural: feminismos plurais. 1º edição. São Paulo: Pólen, 2019.

MOREIRA, Adilson. Racismo recreativo: feminismos plurais. 1º edição. São Paulo: Pólen, 2019.

GUEDES, Elocir; NUNES, Pâmela; ANDRADE, Tatiane de. O Uso da Lei 10.639/03 em Sala de Aula. Revista Latino-Americana de História, São Leopoldo, v. 2, n. 6, p. 421-430. ago. 2013.

MARMELSTEIN, George. O Racismo Invisível: uma introdução à discriminação por preconceito implícito. In: MATIAS, João Luís Nogueira (org.). Direitos Fundamentais na

Contemporaneidade: entre as esferas públicas e privadas. 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017, p. 119-132.